

Notícias Sindicais, 24/03/14

Diap, 24/03/14

Inclusão no mercado de trabalho é um dos desafios do Estatuto da Pessoa com Deficiência

A plena inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho está entre as metas do futuro Estatuto da Pessoa com Deficiência. Atualmente, a Lei 8.213/91 já obriga as empresas com 100 ou mais empregados a preencher de 2% a 5% das vagas com trabalhadores deficientes.

Apelidada de "lei de cotas", ela foi aprovada em 1991 e é considerada um dos marcos da legislação inclusiva, segundo a relatora do estatuto, deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP). "A gente só tinha 100 pessoas com deficiência contratadas com carteira assinada. Hoje, estamos na casa dos 330 mil".

Neste capítulo do estatuto, muitas sugestões vieram do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) Ricardo Tadeu, que é cego. Ele alertou para uma possível mudança da lei de cotas: um artigo da proposta prevê a obrigação de contratação de deficientes também por empresas de até 50 empregados.

"Acho que não é conveniente, porque empresas com 50 empregados podem ser consideradas pequenas empresas e a Constituição determina que as pequenas e microempresas sejam tratadas de forma diferenciada em relação às médias e grandes", explica o desembargador. "Este é um elemento que parece suscitar inconstitucionalidade. Do ponto de vista operacional, essa redução também é difícil de ser fiscalizada".

Como alternativa, o desembargador sugeriu que o estatuto preveja "estímulo" e não "obrigação" de contratação de deficientes por parte das micro e pequenas empresas.

Outra sugestão da Justiça do Trabalho é o incentivo fiscal para que as empresas invistam na adaptação do espaço de trabalho, a fim de facilitar a inclusão das pessoas com deficiência.

Para ver a matéria completa: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/463679-ESTATUTO-DA-PESSOA-COM-DEFICIENCIA-TRARA-PUNICAO-PARA-GESTORES-PUBLICOS.html>

Diap, 24/03/14

Câmara pode votar nesta semana marco civil da internet

A votação do marco civil da internet é o destaque do plenário da Câmara dos Deputados na próxima semana. A proposta do MCI estabelece direitos dos usuários e deveres dos provedores. Os deputados já começaram a discutir o substitutivo do deputado Alessandro Molon (PT-RJ) ao PL 2.126/11, do Poder Executivo. A fase de debates continuará na terça-feira (25), com a posterior votação.

Depois de encontros do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, com líderes partidários, com o relator e com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), o governo concordou em fazer ajustes no texto para viabilizar a votação.

Molon deverá apresentar mudanças no trecho que permite a regulamentação da neutralidade da rede por decreto. Ele pretende deixar claro que o regulamento das exceções à neutralidade (serviços de emergência e por razões técnicas) deverá seguir a determinação constitucional de "fiel execução da lei".

A oposição tem criticado essa possibilidade de regulamentação por entender que o governo poderá usar o decreto para distorcer a neutralidade da rede.

Ponto mais polêmico do texto, a neutralidade de rede determina que os usuários sejam tratados da mesma forma pelas empresas que gerenciam conteúdo e pelas que vendem o acesso à internet. Ficará proibida a suspensão ou a diminuição de velocidade no acesso a determinados serviços e aplicativos e também a venda de pacotes segmentados por serviços – só redes sociais ou só vídeos, por exemplo.

Outro ponto que será mudado pelo relator é a retirada da obrigatoriedade de uso de data centers no Brasil pelas empresas para armazenar dados de navegação realizada no País. O governo aceitou que os dados possam ser armazenados no exterior, mas o acesso a eles por ordem judicial deve seguir as leis brasileiras.

Entenda o MCI

O Marco Civil se propõe a regular direitos e deveres dos cidadãos e provedores de acesso à internet no que tange ao uso da rede. O projeto é de 2011, mas o governo o colocou novamente em pauta com força total, principalmente devido às denúncias de espionagem dos Estados Unidos a cidadãos e líderes de Estado em todo o mundo.

Ciência e tecnologia

Os deputados também podem votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 290/13, da deputada Margarida Salomão (PT-MG), que muda vários dispositivos constitucionais para melhorar a articulação entre o Estado e as instituições de pesquisa com o objetivo de estimular o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.

Uma das novidades é a ampliação da lista de entidades que poderão receber apoio financeiro do poder público. Atualmente, apenas as atividades universitárias de pesquisa e extensão podem receber esse apoio. Com o texto, além das universidades também as instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber recursos.

Servidores de ex-territórios

Está pautada ainda a PEC 111/11, da deputada Dalva Figueiredo (PT-AP), que permite aos servidores públicos dos ex-territórios federais do Amapá e de Roraima optarem por fazer parte de quadro em extinção da administração federal.

A proposta vale para os admitidos entre outubro de 1988 e outubro de 1993, período entre a transformação dos dois territórios em estados e a efetiva instalação desses estados.

O texto aprovado em primeiro turno, do relator Luciano Castro (PR-RR), dá prazo de 180 dias para o servidor optar pela mudança, contados da regulamentação da matéria.

Código de Processo Civil

Na quarta-feira (26), os deputados podem votar a redação final do novo Código de Processo Civil (CPC - PL 8.046/10). Com o término da votação dos destaques apresentados ao texto do relator Paulo Teixeira (PT-SP), no último dia 12, a comissão especial que analisou o tema consolidou o projeto, incorporando emendas de redação. Após essa votação, o projeto retornará ao Senado para nova votação.

Multa do FGTS

Em sequência, o plenário pode começar a votar outros projetos que tramitam com urgência constitucional, se a análise do marco civil da internet tiver sido concluída.

Entre os projetos que trancam a pauta destaca-se o Projeto de Lei Complementar (PLP) 328/13, do Executivo, que destina ao programa Minha Casa, Minha Vida a multa extra de 10% dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no caso de demissão sem justa causa.

Essa multa tinha sido extinta pelo Congresso por meio do Projeto de Lei Complementar 200/12, vetado pela presidente Dilma Rousseff em julho de 2013. O veto foi mantido em 17 de setembro, mesma ocasião em que o governo enviou o PLP 328/13 como parte de estratégia para convencer a base aliada a manter o veto. *(Com Agência Câmara)*

Portal da CTB

Centrais esperam reunir 50 mil pessoas na Marcha de 9 de abril

As centrais sindicais esperam reunir ao menos 50 mil pessoas nas ruas de São Paulo, no próximo dia 9 de abril, quando será realizada a 8ª Marcha da Classe Trabalhadora. A expectativa foi ratificada nesta sexta-feira (21), durante reunião realizada na capital paulista, entre lideranças do movimento.

O presidente da CTB, Adilson Araújo, acompanhou a reunião ao lado do presidente da CTB-SP, Onofre Gonçalves, e do assessor Umberto Martins. Segundo o dirigente, na reunião de hoje foram definidos assuntos relacionados à mobilização, à estrutura e à organização do evento.

“Iremos fazer um grande esforço para mobilizar as bases das nossas categorias”, afirmou Adilson Araújo. “Temos que salientar, nesse processo, a grande maturidade demonstrada pelas centrais, sempre no sentido de garantir a nossa unidade e de avançar nas mudanças”, completou.

Atos nos estados

O presidente da CTB destacou também a necessidade de todas as centrais estimularem suas seções estaduais a realizarem atos semelhantes até o dia 8 de abril. “Iremos aquecendo as turbinas pelo Brasil afora, para que no dia 9 a gente esteja com total disposição de ir às ruas e marchar por nossa pauta trabalhista”, afirmou.

A CTB irá realizar a próxima reunião de sua Direção Nacional exatamente a partir do dia 9 de abril. Os debates terão início apenas no dia 10, mas a participação na 8ª Marcha já faz parte do calendário oficial da Direção cetebista.

Marcha

Sob o mote “Trabalhadores vão às ruas por direitos e qualidade de vida”, diversas categorias, convocadas pelas centrais sindicais, ocuparão a Praça da Sé, região central da cidade paulistana, no dia 9 de abril para a 8ª Marcha da Classe Trabalhadora. De lá os trabalhadores os trabalhadores seguem rumo ao Museu de Arte de São Paulo (Masp), localizado na avenida Paulista.

A mobilização marca a retomada da luta da “Agenda da Classe Trabalhadora”, que reúne as propostas para desenvolver o país com soberania, democracia e valorização do trabalho, num ano repleto de eventos importantes, como a Copa do Mundo e as eleições.

Tolerância zero e prisão para homens que molestam trabalhadoras dentro de transporte coletivo

21/03/2014

Secretárias da Mulher do governo federal e da Prefeitura de SP orientam vítimas a denunciar assédio dentro de trens, metrô e ônibus, onde já houve até estupro. Dois 'encoxadores' foram presos

Escrito por: RBA

"Cheguei na morena deliciosa e meti a mão por baixo. Ela fez cara de que não gostou, mas ficou toda molhadinha". Assim um arrogante e pretensioso internauta cuja identidade estava protegida por um perfil falso relata aos colegas da comunidade "Encoxadores e Encoxadoras", retirada do Facebook na última semana, o assédio que teria cometido contra uma mulher em uma estação de trem naquele mesmo dia. Além dos relatos, a comunidade virtual reúne fotos de decotes ou tiradas por baixo das saias de mulheres com celulares, além de vídeos de diversas nacionalidades com imagens de homens esfregando-se ou apalpando mulheres constrangidas e subjugadas no transporte coletivo.

A comunidade é apenas uma das dezenas que divulgam e incentivam usuários do sistema público de transporte a aproveitar a superlotação em trens, ônibus e metrô para assediar sexualmente sem medo de ser pegos, e que, desde que se tornaram notórias, estão na mira da polícia, dos governos e de organizações feministas.

A ação desses grupos foi revelada a partir da prisão de um homem por estupro na Estação da Luz, na Linha 1-Azul, na última segunda-feira (17). Ele chegou a colocar o pênis para fora e ejacular na calça da vítima, que gritou por socorro e foi salva de uma agressão mais grave pelos demais passageiros do trem. Assim que foi preso, ele se identificou como universitário.

Por mais grotesca que seja, a situação não é rara no transporte coletivo paulista. Mas marcou um novo momento da caçada aos assediadores: ele foi o primeiro a admitir publicamente que suas ações foram motivadas pelas publicações de comunidades online. Na quarta-feira (19), um engenheiro e um administrador de empresas também foram presos por apalpar uma mulher e por filmar partes íntimas de uma passageira com o celular. Ambos apontaram para comunidades virtuais no Facebook e no Whatsapp, aplicativo de chat para celulares, como "inspiradores" da ação. Só neste ano, a Delegacia de Polícia do Metropolitano (Delpom) contabilizou 17 ocorrências de mulheres molestadas em composições da CPTM e do Metrô. Dessas, 16 foram registradas como importunação ofensiva ao pudor e uma como estupro.

Desde então, o número de comunidades no Facebook despencou, fechadas pelos próprios usuários, temerosos de investigação das polícias Civil de São Paulo e Federal provocadas por denúncias de mulheres e de organizações feministas. Mas continuam no Whatsapp, onde usuários que não tiverem sido convidados ao grupo por um dos integrantes não conseguem ver a troca de mensagens, e os "encoxadores" se sentem mais protegidos.

"A sociedade tem de demonstrar todos os dias que o Brasil e o povo brasileiro têm tolerância zero com a violência contra a mulher", resume Aparecida Gonçalves, secretária nacional de Enfrentamento à Violência da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do governo federal. "É, sim, violência contra a mulher, independentemente do que digam os perpetuadores dessa prática. É impossível dissociar a ação desses indivíduos das demais agressões físicas e psicológicas das quais as mulheres são vítimas. São todas parte de um mesmo desprezo pelos direitos do próximo. É crime. Sempre que existe interação sexual não consensual é crime, e eles têm de ser individualmente responsabilizados por isso", completa.

Uma morte a cada hora e meia - No Brasil, entre 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de 50 mil feminicídios: ou seja, em média, 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano, 472 a cada mês, 15,52 a cada dia, ou uma morte a cada 1h30, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Em São Paulo, a média de estupros é de 37 por dia, embora esse número possa ser maior: como as delegacias da mulher funcionam apenas entre as 9h e as 19h, vítimas que sofrem o estupro de madrugada, por exemplo, acabam desistindo de fazer a denúncia no dia seguinte; a opção seria buscar uma delegacia de plantão, onde o atendimento é feito por homens sem treinamento para lidar com esse momento psicológico.

Aparecida reforça que as mulheres não podem se calar quando forem assediadas, e que têm de buscar as autoridades para coibir o abuso. "Elas têm de buscar a polícia, a autoridade do transporte público, e denunciar. Elas devem também ligar para o 180, do governo federal, que recebe denúncias. Não é um número apenas para os casos que se enquadram na Lei Maria da Penha, mas para todo tipo de violência contra a mulher", ressalta.

À reportagem da RBA, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) afirmou que "repudia" os ataques a mulheres, e que mantém câmeras de vigilância para identificar os assediadores, além de funcionários homens e mulheres à paisana para pegar os "encoxadores" em flagrante.

Segundo a secretária de Políticas para a Mulher da prefeitura de São Paulo, Denise Motta Dau (ex-dirigente da CUT), embora o papel do poder público municipal seja limitado em assuntos de segurança pública, a prefeitura também pode adotar medidas para coibir a ação dos assediadores, como câmeras nos ônibus, mas o principal é registrar os casos e investir em prevenção.

"Nós precisamos, hoje, de um registro de denúncias. Porque se você tem em mãos, olha, em tal linha de ônibus foram tantos ataques neste mês, nesta semana, você começa a incomodar mais, a ter mais condição de enfrentar. Agora, toda a comunicação que recebermos vamos encaminhar imediatamente para a Secretaria de Segurança Pública do estado, para apuração. Mas o que resolve mesmo é educação, para prevenir esse tipo de mentalidade", pondera.

Independentemente de soluções de longo prazo, a professora Carla Cristina Garcia, pós-doutorada em relações de gênero e professora da pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica (PUC), avalia que esse tipo de manifestação pública de apologia ao assédio sexual pode ser fruto do refluxo causado pelas conquistas feministas das últimas décadas.

"Há ondas em que isso aparece mais e aparece menos, mas não é um problema novo. Se está epidêmico ao ponto de você ter grupos na internet, de homens, de 'machões' contra o feminismo, enfim, é uma representação dessa onda conservadora na sociedade. Estamos conversando em uma quinta-feira que antecede uma Marcha Da Família no sábado; você tem no Congresso uma bancada evangélica e outros conservadores que atacam os direitos LGBT e da mulher de forma muito agressiva, isso se acumula", pondera.

Embora não se diga favorável à separação de homens e mulheres no transporte coletivo, Carla Cristina se diz favorável à medida para evitar abusos graves. "Infelizmente, como medida paliativa, pode ser necessário para garantir a integridade das mulheres", afirma. Atualmente, a Assembleia Legislativa de São Paulo analisa projeto que cria o carro exclusivo para mulheres, geralmente o primeiro vagão do trem, mas o caráter segregador da medida é polêmico.

Em 1995, a CPTM tentou aplicar o que chamou de "carro cor-de-rosa" na Linha 10, mas recuou apenas três meses depois por encontrar dificuldade para abrigar todas as mulheres nesses vagões: elas são 58% dos usuários do transporte público. A medida está em funcionamento atualmente no Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

Uma enquête realizada pelo bloco feminismurbano entre o fim de 2013 e fevereiro de 2014 com 300 mulheres que vivem em cidades com o vagão exclusivo revela que as usuárias do sistema se dividem entre as que são a favor como medida paliativa, mas cobram outras ações para coibir o assédio (42%) e as que condenam o fato de que o "carro cor-de-rosa" é uma medida pune a vítima em vez de ensinar o homem a não assediar as mulheres (40%).

Depois da ocorrência de estupro, a CPTM e o Metrô pediram, em nota, a cooperação dos usuários para identificar e denunciar práticas de constrangimento e comportamentos inadequados no interior dos trens.

Denuncie - Os usuários devem denunciar os suspeitos imediatamente a algum agente de segurança. Outra opção é mandar um torpedo para o SMS-Denúncia, que garante total anonimato do passageiro. No Metrô, o número é **9 7333-2252**. Já a CPTM tem disponível o celular **9 7150-4949** ou o telefone **0800 055-0121**.

Escrito por Diego Sartorato para o Portal da Rede Brasil Atual

Portal da Força Sindical

Onda de suicídios volta a preocupar a francesa Orange

A Orange - France Telecom, maior operadora de telefonia fixa e celular da França e uma das maiores da Europa, está vivendo uma nova onda de suicídios de funcionários. Desde o início do ano, dez funcionários se mataram - quase o mesmo que em todo o ano de 2013. O problema é antigo na empresa, que sofreu uma primeira onda de mortes entre 2008 e 2009. Outras grandes multinacionais do país, como a Renault, também já passaram pelo problema.

O primeiro alerta sobre o retorno do problema foi lançado há uma semana, em Paris, pelo Observatório do Estresse, uma organização não governamental criada por sindicatos da França para monitorar empresas denunciadas por impor políticas de trabalho duras demais. Na quinta-feira, 20, um novo caso foi computado - o de um jovem de 25 anos encontrado morto em 6 de março. De acordo com o organismo, dos dez casos recenseados em 2014, três são de mulheres e sete de homens.

Em razão do novo surto, dois órgãos ligados aos Ministérios da Saúde e do Trabalho da França foram acionados para apurar as circunstâncias de trabalho dos funcionários mortos. "Esta

deve ser a ocasião para a direção do grupo se explicar sobre essa degradação, as causas e sobretudo as medidas de urgência que a empresa pretende implantar”, diz observatório.

Aposentadorias

De acordo com os sindicatos, a Orange programou um plano de aposentadorias antecipadas de 15 mil funcionários até 2015 e de até 30 mil no horizonte 2020 - de cerca de 100 mil empregados do grupo. Em contrapartida, para suprir as vagas abertas estaria prevista a contratação de 4 mil empregados até 2015 - o que implicaria o corte de 11 mil postos.

No espaço de um ano, a situação se degradou pela supressão de empregos programada ao longo de vários anos e a insuficiência de contratações, a aceleração de fusões, de reestruturações, de fechamento de unidades, mudanças de função e mudanças de ambiente de trabalho”, advertem os sindicatos.

A direção da Orange confirmou a ocorrência de “vários suicídios”, mas adverte que seriam nove - e não dez -, e cada morte com razões particulares.

A empresa admite a hipótese de rever mais uma vez seus métodos e, em especial, seu dispositivo de prevenção criado em 2008. Como aconteceu em 2008 e 2009, Jean-François Colin, mediador nomeado pela empresa para as relações trabalhistas, vai se encontrar amanhã com os sindicatos e representantes de trabalhadores para discutir alternativas para a nova crise de recursos humanos.

Há um número elevado de suicídios desde o início do ano, é incontestável e absolutamente dramático”, afirmou o diretor de Recursos Humanos da empresa, Bruno Mettling, em entrevista à agência France Presse. “É preciso ser muito prudente neste momento sobre a análise feita de existência de vínculos com o trabalho. Não se deve nem negar nem afirmar esses vínculos.”

Para Antoine Debure, doutor em Sociologia do Trabalho e analista da consultoria de Recursos Humanos Idéhos, de Paris, possíveis vínculos entre as mortes e o ambiente profissional não podem ser menosprezados pela empresa, mas ainda é cedo para tirar conclusões.

Aparentemente há elementos que indicam vínculos com o trabalho realizado por essas pessoas, mas não sabemos detalhes suficientes ainda”, disse Debure ao jornal O Estado de S. Paulo. “O que podemos questionar por ora é que essa talvez seja a ponta do iceberg em empresas como a Orange, que tem 100 mil funcionários. Talvez seja preciso saber mais sobre as condições em que trabalham, de que maneira realizam suas funções cotidianas, em que estado de saúde física e mental elas estão.”

Como aconteceu há cinco anos, os Ministérios da Saúde e do Trabalho devem realizar investigações sobre parte dos casos de suicídios para tentar compreender as razões da passagem ao ato. Até lá, uma célula de crise deve ser acionada no interior da empresa.

Organizado por Ernesto Germano